

O G.T.L. E O PLANEAMENTO URBANÍSTICO DO CONCELHO

A afirmação da frase primeira do foral que o Conde D. Henrique concede a Guimarães, em 1096, - “A vós, homens que viestes povoar Guimarães, e àqueles que ali quiserem viver até final”, tão providencial e sintomaticamente inscrita no pavimento da Praça de S. Tiago, em pleno coração do “Centro Histórico”, ou, melhor dizendo, no local mais emblemático do Concelho, para não sairmos dos nossos limites, podia bem ser a chave e o lema de qualquer intervenção urbanística no nosso território.

Nos tempos modernos, porém, este lema, ou esta prática, andam longe de ser conseguidos e por vezes de ser seguidos, fruto de razões várias e complexas, que por demais conhecidas não cabe aqui enumerar. Muitos e diferentes caminhos têm sido tentados, com maior ou menor sinceridade, mas só na restrita área do Gabinete Técnico Local se pode para já falar de sucesso nesta área. E, quanto a nós, este sucesso do trabalho que o G.T.L. vem liderando e desenvolvendo na sua área de intervenção, tem como pedra de toque a compreensão de que para lá de qualquer modelo urbanístico, mais ou menos académico, mais ou menos desenhado, estão as pessoas, as que por lá passam em trabalho ou em visita de lazer, mas sobretudo as que lá vivem.

Planear não é um acto contemporâneo, se bem que cada vês mais complexo, ele é de sempre. No texto do prospecto publicado pela Câmara Municipal em 1982, para anunciar o debate público do Plano Geral de Urbanização da Cidade, dizia-se que “Os homens que habitavam os castros não tinham problemas de poluição, de emprego, de trânsito, de escolas, de localização de indústrias ou de defesa dos solos agrícolas, e de tantos outros que preocupam o nosso dia a dia.

Mas não se pense que a sociedade castreja, ou a romana, ou a medieval, ou a do séc. XVI, ou a do séc. XIX, não planeavam os seus aglomerados e a sua existência. Certamente que o fizeram, procurando dar satisfação às necessidades de acordo com as suas possibilidades, imaginando o seu futuro, lutando pela sua sobrevivência. E pereceram quando não o conseguiram.” (1).

E a Memória Descritiva do Plano Director Municipal, fazendo uma sinopse da evolução do planeamento no Concelho, prosseguia, “De facto, as comunidades castrejas “planearam” a construção do seu habitat no cimo dos montes com o duplo objectivo de defesa e comunicação entre si. E no tempo da dominação Romana, esgotada a necessidade de defesa, as populações descem à planície, estabelecendo-se junto dos terrenos mais férteis ou junto às termas, como é o caso das Taipas, com fortes ligações entre si e ao exterior através “ de um esquema viário de sólidas calçadas estrategicamente delineadas”.

É novamente por necessidade de defesa que no séc. X se planeia o castelo de S. Mamede, posteriormente várias vezes remodelado e ampliado, e que viria a aglutinar num segundo pólo a população de Vimaranes até então organizada à volta do mosteiro. As duas povoações virão a ser unidas por uma só muralha a partir do castelo.

Ainda por razões de defesa, se obrigou no tempo de D. Dinis à mudança das igrejas de S. Domingos e S. Francisco, encostadas à Muralha, para os locais onde hoje se encontram. Diz-se no livro IV da “História de S. Domingos” a propósito do assalto a Guimarães pelos soldados do futuro D. Afonso IV: “Mas então se manifestou o erro de quem traçou a cerca da villa, porque por cima da Igreja pretenderão os soldados do Príncipe entrar-a, apertando-a com duros combates, e pelejando de lugar igual, e quasi pé a pé com os de dentro, pola comodidade que lhes dava a visinhança e altura da Igreja, e capellas: e assi esteve arriscada a se perder.” E assim, acrescenta-se, se assumiu a expansão da Vila para fora das Muralhas.

Planeada foi, também, a fachada norte do Tournal, diz-se, imposta pelo Marquês de Pombal e, em 1867, foi concebido um “plano de melhoramentos” para Guimarães de então, pelo Eng. Manuel de Almeida Ribeiro. Mas só na Gerência Municipal de 1923-25 presidida por Mariano Felgueiras se concebe o primeiro “plano de alargamento” da Cidade, projectado pelo Capitão Luís de Pina, que previa uma grande praça (da Mumadona) donde partiam três arruamentos para sul, em pata de ganso, e uma expansão para nascente em quarteirões rectangulares, numa área superior à Cidade então existente. A este Plano se seguiram outros, nomeadamente os realizados pelos Arquitectos Moreira da Silva e Arménio Losa, que foram ditando e controlando o crescimento parcelar da Cidade.

Em 1982 surge o primeiro Plano Geral de Urbanização, do Professor Arquitecto Fernando Távora, que incluindo toda a área urbana até Pevidém, e citamos “tem por objectivo a proposta de linhas gerais de ordenação da cidade actual e a previsão do seu futuro”. Planos Gerais foram, entretanto, também lançados para as Vilas de Vizela e Taipas da responsabilidade, respectivamente, dos Arquitectos Carlos Prata e Manuel Fernandes de Sá.

Mas era já nítido que a realização de Planos nas áreas urbanas mais consolidadas e de urbanização mais contínua, deixava “toda a mancha do território de urbanização dispersa e espontânea sem instrumentos de ordenamento nem propostas de gestão que pudessem constituir alternativa às tendências consideradas mais negativas ou de mais difícil controlo pelo Município” (2); É neste contexto que em finais de 1983, sob orientação do Professor Arquitecto Nuno Portas, surge a proposta para realização do P.D.M., figura entretanto consignada em diploma legal.” (3)

.Interrompido em 1986 quando concluídas as Normas Provisórias e reiniciado já na década de 90, o Plano, essencialmente executado pelos serviços da Câmara Municipal, para se conseguir uma maior aproximação à realidade complexa do nosso território, é aprovado em 1994, frisando a necessidade de, finalmente existindo um instrumento que “abrange pela primeira vez todo o território concelhio, e ultrapassa, também pela primeira vez, a de um plano de ocupação do solo, introduzindo critérios de desenvolvimento económico e de um programa estratégico de intervenção municipal” (3), se criar uma gestão mais eficaz, quer pela modernização e reforço dos respectivos serviços, quer pela alteração dos seus métodos de trabalho. E reconhecia que “o P.D.M. não pode ser um fim, em si próprio, estável ou imutável, mas terá que ser o meio ou instrumento para que melhore a qualidade de vida das populações.” (4).

Se bem que o P.D.M., como primeiro e tardio (tardio em relação ao panorama europeu, mas sobretudo tardio face ao desordenamento do território) documento do seu género, se tenha visto

“obrigado” a gerir consensos e a assumir insuficiências resultantes da falta de meios, experiência e tradição, está nele bem expressa a vontade de servir de instrumento de aplicação de metodologias semelhantes às usadas pelo G.T.L., apontando mesmo caminhos práticos nesse sentido.

Parece hoje pacífico entre os urbanistas que “os Centros Históricos- como mal lhes chamamos- já não são o centro de nada, ou antes, são apenas mais uma das partes de uma organização territorial complexa...” (5). Por outro lado, havendo agora os instrumentos mínimos de trabalho para uma gestão urbanística eficiente, uma vez que para além do Plano Director foram entretanto elaborados outros planos e documentos, se procedeu à reformulação dos serviços e surgiu nova e vária legislação sobre a matéria, poder-se-ia então dizer que bastaria transpor de uma para as outras as receitas do sucesso. Mas também é fácil de reconhecer, no entanto, que o aumento da escala e da complexidade dos problemas exige outro tipo de medidas, ainda que aproveitando as boas experiências existentes, nomeadamente a do G.T.L., e exige uma consciencialização cívica da comunidade em sintonia com o chamado poder político, que por ela e para ela existe.

Que “virtudes” poderemos então enumerar na actuação do Gabinete Técnico Local, que se deverão ter em consideração no planeamento urbanístico do Concelho? São naturalmente muitos os aspectos a ter em conta, quer na sua metodologia, quer na sua prática. Ocupar-nos-emos do essencial, apenas e de forma muito sucinta, relembrando, entretanto, que para o G.T.L. esta relação entre a parte e o todo, nos dois sentidos, sempre esteve presente: “Centrando funcionalmente uma região, esta cidade reparte a sua influência com outros centros de gravidade que sobre o território actuam. Num jogo de influências e de polarizações em que não se dilui no entanto a sua unidade...” (6).

Sem renegar os regulamentos e os planos de vária ordem e definidas que foram previamente as suas linhas gerais, a actuação centra-se num processo de gestão urbana que diríamos de “ em cima do acontecimento e a tempo inteiro” curiosamente, mas não por coincidência, à semelhança do que se tentava praticar para todo o Concelho à altura da criação do Gabinete. Esta gestão urbana, por sua vez, desenvolve-se em três vertentes fundamentais que são, a requalificação dos espaços públicos, a reabilitação de edifícios que são da exclusiva responsabilidade do município (ou até da administração central) e, por último, o apoio à recuperação de edifícios da iniciativa privada. Embora dito agora pareça o ovo de Colombo, na primeira, a da gestão dos espaços públicos, foi e é necessário um grande rigor no desenho, do ponto de vista formal e funcional mais do que no “risco”, porque esta é determinadamente indutora da actividade privada, se não se quiser andar a reboque do facto consumado, leia-se mal consumado. Já na escolha e reabilitação de edifícios públicos e de uso público, para além do aspecto exemplar, convém realçar a importância que têm na atractividade do local – da mesma forma no P.D.M. se elegeram os equipamentos como meio de consolidar e reforçar os núcleos urbanos mais significativos e em primeiro lugar o da Cidade. Na terceira vertente, a das intervenções particulares, o G.T.L. desdobra-se em acções onde normalmente os processos falham e o choque de interesses se dá e que vão desde o apoio à obtenção de todas as linhas de financiamento disponíveis, poucas e complicadas, à execução de projectos que pela sua pequena dimensão não interessam aos projectistas privados, ou à proposta de alternativas quando os projectos destes não são consentâneos com os objectivos traçados, sempre tendo em vista o controlo das eventuais alterações urbanas, formais e funcionais.

Acima de tudo, o que está sempre presente na actuação do Gabinete, é que o Centro Histórico não é nem pode ser um tecido urbano morto, para turista ver, mas é antes um pedaço de território onde se nasce e se morre, onde se trabalha e se diverte, onde se ri e se chora, em suma, onde se vive e em harmonia se pretende viver.

Se e quando se conseguir generalizar esta prática e esta consciência cívica de actuação, exemplarmente exercida pelo Município para ser estendida e entendida por todos, estamos certos de que este território, para lá da sua complexidade e especificidade, será um espaço de eleição para todos aqueles que aqui vivem ou queiram viver, aplicando-se a todo o Concelho e à sua população o desígnio do Conde D. Henrique – “ad uos homines...”.

Guimarães, Fevereiro de 2000

Miguel Frazão, Arq.

NOTA: Texto escrito para o relatório da candidatura de Guimarães a Património Cultural da Humanidade.

- (1) – Távora, Fernando- P.G.U. de Guimarães- 1982
- (2) – Portas, Nuno- Normas Provisórias do P.D.M. de Guimarães- 1985
- (3) – Frazão, Miguel- Relatório do P.D.M. de Guimarães- 1993
- (4) – Marques, Fernando- Apresentação do P.D.M. de Guimarães- 1993
- (5) – Aguiar, José- Encontros AAP-Habitação- 1998
- (6) – Gesta, Alexandra- Relatório de Estágio- 1987